

GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NA WEB 2.0: DESESTABILIZAÇÕES E REINVENÇÕES NA MODERNIDADE RECENTE

Ricardo Pinheiro de Almeida (Faculdade CCAA)
ricardo-pinheiro2008@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Diversos(as) pensadores(as) têm se debruçado sobre questões caras, emergentes e urgentes na modernidade recente, época que não comporta mais divisões binárias, muito graças a um mundo que se repensa constantemente (GIDDENS, LASH, BECK, 2012). Parte da ‘gênese’ de tal sociedade reflexiva é atribuída às redes sociais e às tecnologias comunicacionais que dela se desdobram. Em todas essas questões, a linguagem exerce papel central e, portanto, fundamental.

As redes sociais, por exemplo, penetram diária e tacitamente em nossas vidas e têm sido objeto de escrutínio em pesquisas acadêmicas. Desse modo, tomamos por base a ideia que os novos letramentos digitais (MOITA LOPES, 2012) emergentes na *Web 2.0* põem em xeque os binarismos e os essencialismos profundamente arraigados em nosso tecido social e sob os quais ainda vivemos. Frutos de ideias positivistas que dominaram a modernidade (BAUMAN, BRIGGS, 2003), tais modos binaristas de ver e de estar no mundo têm sido amplamente questionados pelas epistêmes que surgem na contemporaneidade, também chamada modernidade recente (MOITA LOPES, 2013a e 2013b), modernidade reflexiva (GIDDENS, LASH, BECK, 2012), pós-modernidade (BAUMAN, 1992; SANTOS, 1995) ou modernidade tardia (HALL, 2006; RAMPTON, 2006). Com isso, conceitos forjados na modernidade (BAUMAN, BRIGGS, 2003) têm sido revisitados, questionados, desconstruídos e problematizados.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar reflexões acerca dos construtos discursivos e sociais ‘gênero’, ‘raça’ e ‘sexualidade’ a partir da análise linguístico-discursiva de páginas da internet. Partimos do pressuposto de que este é um espaço para a observação de formas de ser e de viver emergentes de uma sociedade pós-moderna, portanto, fluida e transitória. Para construirmos o debate acerca daqueles três construtos, alinhamo-nos a Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006) ou Transgressiva (PENNYCOOK, 2006) de modo a dar conta dos usos da linguagem interdisciplinarmente no “aqui agora” (MOITA LOPES, 2013) e a observar a fluidez dos sujeitos e dos discursos.

Assim, tomando por base a Teoria *Queer* nas perspectivas de Judith Butler (1990, 2004), Sullivan (2003), Ford (2011) e Barnard (2004), defendemos que os construtos em foco não podem ser considerados isoladamente. Igualmente, argumentamos que a *Web 2.0* é um

espaço social onde a “Multidão” (HARDT, NEGRI, 2005 *apud* MOITA LOPES, 2013) tanto pode sedimentar discursos como pode desestabilizá-los e reinventá-los, uma vez que as formas dos novos letramentos digitais (MOITA LOPES, 2012) proporcionadas por essa tecnologia possibilitam a coexistência e a interação das diferenças, sendo, portanto, um lócus impulsionador da heterogeneidade.

I. AS RUAS E AS ‘RUAS’

Na primeira década do Século XX (entre 1904 e 1907), João do Rio, pseudônimo de João Paulo Coelho Barreto (ANTELO, 2008, p. 9), publicou na imprensa carioca textos nos quais este autor observava as mudanças pelas quais passava a cidade do Rio de Janeiro. Seu ‘método’ de pesquisa e observação era caminhar (flanar) pelas ruas do Rio de Janeiro. Uma de suas crônicas inicia-se da seguinte forma: “Eu amo a rua” (RIO, 2008, p. 28). Para João do Rio, a rua possuía significados que transcendiam as definições encontradas em dicionários e enciclopédias a respeito daquele espaço territorial.

Flanando sem pressa e sem destino, refletindo acerca das pessoas que encontrava em suas caminhadas, João do Rio demonstrou seu olhar aberto às transformações advindas dos tempos modernos. O cronista argumentava que as ruas possuíam alma, logo, tinham vida.

Posto isso, e guardadas as devidas proporções, nosso trabalho teve como objetivo também flanar, entretanto, em espaços digitais de interações sociais por considerarmos que estas são as ‘ruas’ da modernidade tardia (GIDDENS, 1991; HALL, 2006) e que por elas temos acesso a toda sorte de seres humanos de diferentes gêneros, raças, sexualidades, credos e outras construções discursivas que compõem o denso e fluido tecido social. A *Web 2.0* é, portanto, um espaço democrático, no sentido amplo do termo, e um rico lócus de observação de diferentes performances, termo que será abordado posteriormente.

A partir de sua leitura da metáfora da praça pública (a *ágora* grega da antiguidade clássica) e dos moinhos medievais, estes a partir de sua leitura de Ginzburg (2006), Moita Lopes (2010) argumenta que “os novos letramentos digitais, disponibilizados pela *Web 2.0*, se tornaram a praça pública e os moinhos nos quais a vida pública assim como a privada [...] estão continuamente em discussão” (p. 394) e, mais interessante ainda, “distantes dos olhares institucionais ou no anonimato” (p. 394), tal como ocorria nas ruas de João do Rio (2008), conforme temos parafraseado aqui.

É também Moita Lopes (2012) quem nos apresenta duas questões de extrema relevância: “a centralidade da linguagem e os letramentos digitais como práticas sociais” (p. 208). Para este autor (2012), a informatização de grande parte das atividades humanas “tornou

o discurso central em nossas práticas sociais cotidianas” (p. 208), mas “não nos demos conta ainda da relevância da linguagem no modo como as sociedades estão se organizando em volta da tecnologia” (p. 208-209), de maneira que “os chamados novos letramentos são cada vez mais centrais no mundo contemporâneo” (p. 209). Moita Lopes (2012) ainda argumenta que se deve compreender que a internet “ampliou e fomentou” (p. 209) diferentes *ethos* preexistentes a essa tecnologia. Dito em outros termos: pessoas agrupadas em torno de afinidades existiam antes do advento da internet. Esta, por seu turno, “potencializa no mundo virtual modos de ações discursivas já existentes” (MOITA LOPES, 2012, p. 209). Sendo assim, “nas práticas sociais de letramentos digitais, atravessamos fronteiras por meio da linguagem” [...]. (MOITA LOPES, 2012, p. 209).

Decorre, então, nosso interesse em observar os atravessamentos das fronteiras de gênero, sexualidade e raça construídas discursivamente em páginas pelas quais flанamos na *Web 2.0*, com vistas à desestabilização desses conceitos em tempos fluidos. Acreditamos que podemos entender melhor tais atravessamentos pelas lentes da Teoria *Queer*.

II. TEORIA *QUEER* – BREVE PERCURSO

Para iniciarmos este (breve) percurso, trazemos a figura do filósofo da linguagem britânico, J. L. Austin (1911-1960), em especial a ideia de performativo, construto que foi revisitado por Jacques Derrida (1977) e Judith Butler (1990, 2004).

Austin (1990, p. 24) argumenta que dizer uma sentença em um dado contexto não se restringe a descrever ou a declarar uma ação. Quando dizemos algo estamos, conseqüentemente, fazendo algo. O filósofo postula que os atos da linguagem são capazes de construir realidades. Por exemplo: ao dizer “sou heterossexual”, um homem ou uma mulher está se *fazendo* heterossexual, isto é, ele/ela aciona uma série de discursos que *fazem* a sexualidade regulamentada e normatizada também por discursos: portar uma série de signos e comportamentos sociodiscursivamente construídos como ‘adequados’ e ‘corretos’, engajar-se em práticas sexuais com o sexo (biológico) oposto, etc. Posteriormente Judith Butler (1990, 2004) opera com a ideia de que a sexualidade é construída discursivamente, logo, *feita no e pelo* discurso.

Pennycook (2007) assevera que é de extrema relevância o debate proposto pelo filósofo francês Jacques Derrida a partir da leitura deste da obra de Austin (1990). Derrida (1997) considera a iterabilidade constitutiva da linguagem, isto é, “o uso da linguagem se torna efetivo pela repetição, pela citação” (PENNYCOOK, 2007, p. 67). Assim, o ato performativo da linguagem torna-se possível porque ele é constituído pela iterabilidade e pela

citacionalidade. Ocorre a materialização daquilo que é dito, porque é repetido em diferentes tempos e espaços, em contextos infinitos. Derrida (1977) argumenta que a citação é constitutiva da linguagem. Assim, o uso da linguagem é sempre performativo e se dirige para alguém em determinado contexto, sendo situado.

Acrescente-se a isso o fato de que, no momento do *dizer*, o falante traz (porque repete) seus predecessores, conforme nos lembra Pennycook (2007): “todo uso de linguagem carrega em si histórias de seus usos anteriores” (p. 72). Tais predecessores reuniam condições favoráveis similares e utilizaram estratégia linguística semelhante, visando produzir o mesmo tipo de efeito de sentido.

Também é Pennycook (2007) quem reforça a necessidade de considerarmos as línguas como “entidades que preexistem as nossas performances linguísticas” (p. 73). O autor considera que as identidades generificadas ou étnicas são “produtos sedimentados de atos repetidos de identidade” (p. 73). Desse modo, Pennycook (2007) defende que performamos identidades e línguas com palavras, de modo que a linguagem é performativa.

Nesse sentido, Butler (1990, 2004) argumenta que o gênero é produzido por meio de processo performático semelhante. Desse modo, o uso linguístico, a iterabilidade, as performances sedimentadas, normatizam socialmente o gênero. Assim, uma performance gera outra e cria um discurso coercitivo sobre o gênero, sendo, por tanto, performático, por produzir uma realidade e estabelecer regras e limites para sua expressão.

Exemplificando: quando se anuncia o sexo biológico de um bebê, tal anúncio aciona uma série de atos e atitudes que visam dar os contornos do gênero e o modo como o indivíduo deverá viver sua sexualidade. Após tal anúncio, o indivíduo será colocado num mundo discursivo que delimita os tipos de roupas que deverá usar, as cores que condizem ao seu gênero, etc. Uma performance gera outras performances, repetindo-as, legitimando-as e sedimentando-as no eixo espaço-tempo.

O que Judith Butler (1990, 2003) deseja alcançar é a desestabilização do gênero, bem como de todo e qualquer tipo de binarismo. Ela propõe que pensemos não mais em termos de ‘isto’ ou ‘aquilo’ e sim em ‘isto’ e também ‘aquilo’, de modo que nossas vivências no mundo estejam livres de normatizações, haja vista que vivemos em épocas de dúvidas, incertezas e ambiguidades, conforme asseveram Moita Lopes (2008, 2013), Wilchins (2004) e Sullivan (2003), dentre outros(as) estudiosos(as) que têm por base e por desejo o fim dos binarismos e dos pressupostos engendrados na modernidade, isto é, a perturbação dos conceitos reificados.

Isso significa dizer que os significados com os quais operamos, inclusive aqueles sobre quem somos, não são dados no mundo (ou seja, não existem antes do uso da linguagem). Tais significados são produzidos nas práticas discursivas em que atuamos (ou seja, a linguagem constrói o mundo e nos constrói). (MOITA LOPES, 2008, p. 14.)

Nascida da aliança entre teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas (SALIH, 2012), a Teoria *Queer* não se preocupa em definir, fixar e estabilizar. Partindo do pressuposto de que as identidades são indeterminadas e instáveis, Judith Butler (1990, 2003) desenvolve uma teoria que se propõe a desconstruir categorias num momento em que tudo é contínuo, múltiplo, transitivo, vertiginoso. Segundo Salih (2012), Judith Butler perturba as noções consagradas ao propor reflexões novas e radicais, de modo a subvertê-las.

Salih (2012) ainda argumenta que Judith Butler reitera que o ‘sujeito’ não é um indivíduo, mas uma estrutura linguística em formação, de maneira que ele não é uma entidade preexistente. Assim, o ‘sujeito’ é um efeito de sentido, construído *no* e *pelo* discurso, pelas performances sedimentadas.

Ora, se o ‘sujeito’ é efeito, também seriam efeitos o gênero, a raça, o corpo, a sexualidade e tantas outras categorias que o modo de pensar e fazer pesquisas positivistas tem alocado em ‘caixas’ pautadas pelo binarismo. Desse modo, Judith Butler dedica-se a discutir sobre os processos pelos quais nos tornamos sujeitos ao performarmos identidades que construímos e que são/estão construídas para nós (SALIH, 2012). Assim, a existência humana é um eterno processo, um devir, em que podemos assumir uma postura *queer*: questionadora, perturbadora das noções estabilizadas, perante a vida em sociedade.

Desse modo, falar de Teoria *Queer* é colocar em prática a desnaturalização de uma série de construtos essencializados, para além das questões que envolvem o universo LGBTQ. Judith Butler (1990, 2003) estabeleceu as bases de uma teoria que pode servir de alicerce para observar diversos fenômenos construídos pelo ser humano, mas que não desejam rótulos.

É possível observarmos as questões de gênero, sexualidade e raça em espaços virtuais da internet lançando mão dos pressupostos da Teoria *Queer*. Assim, consideramos relevante esclarecer o que entendemos por *Web 2.0*. De modo sucinto, o termo é usado para nos referirmos à segunda geração da rede mundial de computadores (*World Wide Web*), cujas principais características encontram-se na troca de informações e na possibilidade de colaboração dos usuários. Moita Lopes (2013) afirma que a *Web 2.0* “tem sido chamada de novos letramentos digitais” (p. 132) e que estes “favorecem navegar em discursos inovadores” (p. 131). A segunda geração “multiplica os discursos a que temos acesso de forma ilimitada”

(MOITA LOPES, 2013, p. 130), sendo estes desestabilizadores e que fazem emergir as diferenças.

[...] o que importa é colaborar para que outros possam se apossar de outros discursos, podendo se redescrever de todos os pontos de vista, aprendendo a ser outros, questionando suas próprias pressuposições de qualquer natureza, experimentando outros desejos sexuais, muitas vezes guardados debaixo de sete chaves, e que podem ser deflagrados frente à alteridade em meio à Multidão, no anonimato que as redes sociais permitem (MOITA LOPES, 2013, p. 133.)

Cumprido destacar que o autor, seguindo Hardt e Negri (2005) entende por ‘Multidão’ o “acirramento da diferença e da alteridade” (MOITA LOPES, 2013, p. 131), diferindo-se das ‘massas’ nas quais ocorre um processo de homogeneização ou apagamento das diferenças. Com a *Web 2.0*, evidencia-se, portanto, a “Era das relações” (SCHRAGE, 1997) de modo que as pessoas podem usar tal tecnologia:

[...] para se entenderem, reinventar, e para recriar as práticas sociais nas quais vivem, vinculando-se ou não a movimentos sociais, a comunidades de práticas específicas ou [...] a outros desejos sexuais, experimentando a vida íntima de forma diferente ou compreendendo quem são sexualmente. (MOITA LOPES, 2013, p. 131.)

Assim como o pesquisador, operamos com a visão de que a *Web 2.0* possibilita a interação de pessoas de diferentes culturas, raças, sexualidades, gêneros, percepções de mundo etc., em espaços de práticas sociais de letramentos, onde é possível “remodelarmo-nos com as palavras” (PENNYCOOK, 2007, p. 74). Em outros termos: a *Web 2.0*, por proporcionar a interação em meio à ‘Multidão’, coloca em operação a performatividade da linguagem, isto é, “a possibilidade de inaugurar novos sentidos sobre e para a vida social na performance ou de pensar e construir o mundo diferentemente” (MOITA LOPES, 2013, p. 136).

Por ser um espaço de infinitas possibilidades de construção e reconstrução de si, de compartilhamento e de interação, a *Web 2.0* acomoda as diferenças em diversas vertentes. Em tempos de fluidez, de fronteiras móveis, de inquietações e de incertezas, a *Web 2.0* e suas possibilidades interacionais fazem emergir tanto o ‘naturalizado’ quanto o ‘transgressivo’.

III. CAMINHANDO POR ‘RUAS’ DA WEB 2.0

MM é garoto de programa, cujo papel é dar prazer à/ao seu/sua cliente por meio de engajamento em práticas sexuais. O rapaz possui um blog na internet, e o acesso à página é antecedido por um aviso de conteúdo para adultos, de modo que o/a usuário(a) deve optar entre ‘entrar’ ou ‘sair’. A advertência segue uma lógica: o *site* contém fotos do garoto nu em

vários ensaios fotográficos. O propósito é muito claro: anunciar seus serviços sexuais por meio de visualizações de seu corpo.

Já que se trata de desempenho sexual, MM exhibe e disponibiliza fotos de seu órgão genital em diversos ângulos. O corpo e a genitália estão construídos de ‘mãos dadas’ de modo a aguçar a curiosidade e o desejo de clientes em potencial. Assumimos que, nesse sentido, MM performa a masculinidade associada à virilidade e esta, por sua vez, associada ao tamanho e à ereção do pênis. A página de MM traz diversos temas que merecem tratamento mais aprofundado. No entanto, três desses temas nos chamaram atenção ao visitarmos seu blog: o gênero, a raça e a sexualidade. Vejamos um de cada vez.

Conforme já afirmamos, a abordagem de Judith Butler sobre o gênero está longe de ser binarista. A autora questiona a naturalização daquilo que se entende por ‘ser homem’ e ‘ser mulher’. Sendo o sexo uma questão biológica relacionada aos aspectos físico-biológicos dos seres humanos, “o gênero é culturalmente construído” (p. 24). Butler (1990) nega, portanto, a relação entre ‘sexo’ e ‘gênero’ construída por meio de performances repetidas e sedimentadas. Para a filósofa:

Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como feminino (BUTLER, 1990, p. 24-25).

Nesse sentido, MM é parte da alteridade que desestabiliza a noção de gênero associado ao sexo e, também, à sexualidade, visto que ele é ‘macho’ numa perspectiva biológica, porque possui um pênis, barba, etc; se posiciona discursivamente como ‘homem de verdade’, ‘macho insaciável’, mas se engaja sexualmente tanto com homens quanto com mulheres, sendo que com homens (segundo MM afirma em sua página) ele tanto pode ser ‘ativo’ como ‘passivo’. Assim, MM ‘implode os roteiros’ estabelecidos pela “matriz heterossexual” (BUTLER, 2004), afinal trata-se de um homem que beija e faz sexo com outros homens e mulheres, mas que – subvertendo ainda mais a lógica da “matriz heterossexual” normatizadora – aceita ser ‘passivo’.

Se por um lado MM faz performances de gênero e sexualidade em seu blog, por outro lado, encontramos ‘brechas’ na mesma página por onde emergem performatividades que ‘implodem’ as noções discursivamente naturalizadas. Tais performatividades revelam a capacidade de poder “vir a ser” (MOITA LOPES, 2013) e “desfazem o gênero” (BUTLER, 2004).

No que diz respeito à categoria ‘raça’, MM não faz qualquer tipo de menção a esse aspecto em seu blog. Entretanto, e curiosamente, no dia 20 de novembro (data em que se celebra o Dia da Consciência Negra no Brasil) de 2013, MM postou em seu mural de outra rede social – Facebook – uma foto com o seguinte texto:

Não tenho vergonha em ser filho de Negro, de fazer parte desse mundo. Tenho Maior ORGULHO disso, tenho vergonha mesmo é da sociedade desse país (Brasil) que jamais respeitou negros e mestiços continua desrespeitando, excluindo e desmerecendo a quem hoje chama afrodescendente. (Fonte: *Facebook*)

Um fato aqui nos chamou atenção: o rapaz se constrói como negro que ‘não tem vergonha de ser filho de negro’ e que tem ‘orgulho’ de tal fato. Importante notar que a palavra está em caixa alta, recurso que a coloca em destaque no texto, apontando para uma performance de ‘raça’ (‘orgulho’, ‘valor’). Assim, é chegado o momento de debatermos a categoria raça à luz da Teoria *Queer*.

Primeiramente, Ford (2011) argumenta que a identidade racial é “fictícia” (p. 124). Assim como a sexual, a identidade racial vem atrelada a um “conjunto de normas” (p. 125) que regulam as formas corretas de expressar pertencimento aos grupos de brancos, latinos e asiáticos, construindo um “território seguro, previsível, confortável” (p. 125). Para Ford (2011), a agenda desestabilizadora da Teoria *Queer* oferece recurso para resistir ao “aumento exagerado das políticas de identidade” (p. 125) e disponibiliza “um modo antagonista” (p. 127) que é, em sua opinião, “libertário e criativo” (p.127), uma vez que tal agenda ofertou “três importantes ferramentas para seu trabalho: uma substancial crítica à identidade [...]; crítica como um estilo [...] e a libertação de ortodoxias profissionais” (p. 128). Desse modo, Ford (2011) busca o conflito de ideias e assume uma atitude favorável ao instável e ao fluido.

Já Sullivan (2003) abre seu texto com um posicionamento próximo ao de Ford (2011): a raça é frequentemente “considerada como algo natural e inato” (p. 57). A autora analisa uma série de produtos culturais marcados pelo contato de diferentes sociedades e afirma que “a raça é uma instável e mutante fantasia” (p. 65) visto que as teorias de raça “falharam em explicar as chamadas diferenças raciais em termos biológicos” (p. 65). Assim, analisar o construto ‘raça’ em separado de ‘gênero’ e ‘sexualidade’ pode levar à elaboração de estudos “(pelo menos implicitamente) sexistas e/ou homofóbicos, e análises de sexualidade que são (pelo menos implicitamente) racistas e/ou sexistas” (p. 66), dialogando, então, com Barnard (2004) para quem “categorias culturais como raça, orientação sexual, classe, gênero e outras,

não existem independentes umas das outras” (BARNARD, 2004, p. 71), devendo, portanto, ser analisadas conjuntamente.

Barnard (2004), por seu turno, questiona a relação entre ‘homossexualidade’ e ‘branquidade’, argumentando que é necessário situar o papel da raça (bem como o do gênero e da sexualidade) na teoria, no ativismo e nas identidades *queer*. O pesquisador salienta que os estudos e análises que tomam por base a Teoria *Queer* tendem a invisibilizar a presença de negros e negras *queer*: “a raça é sempre sexualizada assim como a sexualidade é sempre racializada” (p. 2). Desse modo, considerar as categorias em separado é um problema que precisa ser resolvido nos estudos de vertente *queer*. Caso isso não seja posto em prática, corre-se o risco de produzir conhecimento que repetem e reforçam normalizações, em especial, a branquidade. Para tanto, Barnard (2004) reitera que se deve “resistir a conceder a teoria *queer* à branquidade [...] para não marginalizar críticos *queer* que de fato pesquisam raça” (p. 6), como é o seu caso.

Sem dúvidas, o que Ford (2011), Sullivan (2003) e Barnard (2004) sugerem é importante e epistemologicamente desafiador. Se trouxermos a questão para o Brasil, cuja sociedade é plurirracial, as dificuldades serão grandes. Primeiramente porque até hoje persiste o ‘discurso da harmonia racial’ – os grupos étnicos aqui podem (e devem) se misturar. Em segundo lugar, e consequência do primeiro, ainda desvelamos nosso racismo, sexismo e homofobia. O ‘homem cordial’ – tomando emprestada expressão de Sérgio Buarque de Holanda (1995) – nega o conflito por temê-lo, mas revela-o em diversas situações, performando (logo, repetindo e sedimentando) discursos que fazem emergir preconceitos e discriminações.

Tomaremos como exemplo a situação de homossexuais negros. Flanando pela *Web 2.0*, encontramos outro blog. Desta vez, a página é mantida por um jornalista que se posiciona abertamente como *gay* e negro. Em uma de suas postagens, o autor escreveu o seguinte:

Como homem homossexual negro, tenho procurado nessa minha vida de luta por inclusão social para a população de gays, lésbicas e transgêneros, construir um diálogo com os movimentos de afirmação racial pontuando a questão da homossexualidade e as suas implicações com a raça.

Ciente do preconceito que a relação da raça com o gênero e a sexualidade acarreta, o autor tem uma postura crítica e questionadora sobre os efeitos de sentido que tal relação desperta.

Conhecer as interdições de liberdade relacionadas à homossexualidade e a raça constitui desafio para todos nós, considerando que falar de homoafetividade nunca é fácil e os sujeitos sofrem duplamente, por serem

negros e por experimentarem uma orientação sexual minoritária circundada por muitas e diversificadas interdições. [...] “Trair a raça” é uma condenação/interdição muito comum imposta aos homossexuais afros. Temos de desconstruir este arquétipo negativo porque é fruto da opressão racista representado na fala do macho negro na construção da ideologia de afirmação e aceitação social. Esta prerrogativa reforça que a homossexualidade é coisa de branco, inconcebível ao negro, inaceitável aos negros.

Curiosamente, o autor do texto parece dialogar com Barnard (2004), Sullivan (2003) e Ford (2011) ao perceber que existem outras implicações no binômio ‘*gay negro*’, principalmente quando ele declara que “a homossexualidade não pode ser entendida como um vício branco”, isto é, desnaturalizando a relação entre ser homossexual e branco (cf. Barnard, 2004). Ao centralizar a discussão da homossexualidade negra, o autor do blog o coloca (e se coloca também) em um novo lugar, reivindicando o exercício de sua sexualidade em uma sociedade que se ressent quando classificada como ‘racista’ e ‘discriminatória’.

Interessante destacar que, diferentemente de MM, o autor do blog em tela constrói-se como *gay* e negro. Isso nos remete ao que Derrida (1977) e Pennycook (2007) reiteram: a linguagem deve ser estudada em práticas discursivas situadas, donde os significados são negociados e, em casos de performatividade, são desestabilizados. ‘Ruas’, como as aqui brevemente comentadas, externalizam não somente a centralidade da linguagem nas construções identitárias, como também as possibilidades de reinvenções e transgressões das ordens estabelecidas, uma atitude *queer* em tempos fluidos.

CONCLUSÃO

Criadora de espaços infinitos para compartilhamento de informações, troca de saberes e reconstruções identitárias, a *Web 2.0* tem potencializado a capacidade humana de se inventar e se reinventar por meio de práticas sociais associadas à tecnologia. Longe de estarmos vivendo uma era da informação e mais próximos de uma era dos relacionamentos (SCHRAGE, 1997), nos encontramos num momento crucial. Em tempos de pós-modernidade, fluida e instável, fazemos parte da ‘Multidão’ que, na *Web 2.0*, pode exercer o direito a viver e deixar emergir as diferenças de classe, de raça, de sexualidade, de gênero, de afinidades, etc.

A Teoria *Queer* pode ajudar a revisitar e a reconstruir novos modos de ver e de entender os fluxos em diversas esferas. No que tange aos construtos ‘gênero’ e ‘sexualidade’, essas teorias têm promovido ‘viradas’ na compreensão acerca destes, encontrando críticos àqueles(as) que não têm em suas agendas questões envolvendo ‘raça’. Para autores como

Barnard (2004) e Ford (2011), fazer Teoria *Queer* estando ‘cego’ (SULLIVAN, 2003) ao construto ‘raça’ pode gerar análises racistas e/ou sexistas.

Ao flanarmos por duas páginas da internet de homens situados em diferentes contextos socioculturais, podemos perceber a indissociabilidade entre os construtos sociodiscursivos por ora abordados. Ao atentarmos para a página do garoto de programa MM, por exemplo, não podemos perder de vista seu aspecto mercadológico (vender seu produto: o corpo para práticas sexuais) e as performances identitárias que ali são engendradas com base nas noções de gênero, raça e sexualidade. Isto é: sendo homem e negro, espera-se que ele seja ‘ativo’, ‘ másculo’, ‘bem dotado’, ‘insaciável’, ‘incansável’. Com efeito, MM assim se declara; entretanto, o rapaz ‘implode’ essas fronteiras ao engajar-se em práticas sexuais com o mesmo gênero e em posição de ‘passivo’. Inegavelmente, MM sedimenta umas performances, ao mesmo tempo em que faz a performatividade – inaugura novos discursos e significados – em sua página.

Igualmente desestabilizadoras são as postagens encontradas no blog do jornalista e ativista do movimento *gay*. Claro está que, por fazer parte de um contexto diferente, suas performances diferem em ampla escala daquelas de MM. O jornalista não tem como propósito anunciar um produto. Sua intenção é outra: trazer à tona e problematizar o binômio *gay* negro. Ainda assim, ele se aproxima de MM no que tange à necessidade de inaugurar novos discursos em sua página na internet.

A *Web 2.0* é um espaço de interação dinâmico e revelador das transitividades que nós experienciamos ou podemos experimentar. São ‘moinhos medievais’, ‘praças’ ou ‘ruas’ por onde transitam seres humanos que podem se tornar mais reflexivos, questionadores e, quem sabe, ‘perturbadores’ das noções cristalizadas que ainda nos constituem por meio de vários discursos que, muitas vezes, nos fazem sofrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTELO, Raúl. Introdução. In: RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Org.: Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 7-17.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARNARD, Ian. *Queer race: cultural interventions in the racial politics of queer theory*. New York: Peter Lang, 2004.

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles L. **Voices of modernity: Language ideologies and the politics of inequality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUTLER, Judith. *Gender trouble*. Feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

_____. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.

DERRIDA, Jacques. *Limited Inc*. Evanston: Northwestern U.P., 1977.

FORD, Richard Thompson. What's queer about race? In: HALLEY, J.; PARKER, A. (orgs.). *After sex? On writing since queer theory*. Durham: Duke University Press, 2011.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOXLEY, J. *Performativity*. New York: Routledge, 2007.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Em meio à Multidão e seus desejos na Web 2.0. In: SOUZA, Eneida Maria; LAGUARDIA, Adelaine; MARTINS, Anderson Bastos (orgs.). *Figurações do íntimo – ensaios*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. Gêneros e sexualidades nas práticas discursivas contemporâneas: desafios em tempos *queer*. In: SILVA, Antônio de Pádua Dias da (org.). *Identidades de gênero e práticas discursivas*. Campina Grande: EDUEP, 2008. p. 13-18.

_____. O novo ethos dos letramentos digitais – Modos de construir sentido, revolução das relações e performances identitárias fluidas. In: SIGNORINI, Inês; FIAD, Raquel Salek (orgs.). *Ensino de língua: das reformas, das inquietações e dos desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 204-229.

PENNYCOOK, Allastair. *Global Englishes and transcultural flows*. New York: Routledge, 2007.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Org.: Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SALLIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Trad. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SCHRAGE, Michael. *The relationship revolution*. Texto disponível em: <http://yitan.com/The_Relationship_Revolution>. Último acesso: jan. 2014. Não paginado.

SULLIVAN, Nikki. *A critical introduction to queer theory*. New York: New York University Press, 2003.

WILCHINS, R. *Queer theory, gender theory*. Los Angeles: Alysson Books, 2004.